



**PAUTA
PARA A 165ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 17 DE NOVEMBRO DE 2014**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 47, de 2014, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Integra à Região Metropolitana de Campinas o Município de Elias Fausto.

2 - Projeto de lei nº 1359, de 2014, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura ao Quadro de Servidores da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - CASA o pagamento de meia-entrada em espetáculos e eventos culturais, esportivos e de lazer.

3 - Projeto de lei nº 1360, de 2014, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dispõe sobre o teor do aviso de que trata o artigo 19-J da Lei Federal n.º 8.080, de 1990.

4 - Projeto de lei nº 1361, de 2014, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Classifica como Estância Turística o Município de Cachoeira Paulista.

5 - Projeto de lei nº 1362, de 2014, de autoria do deputado Celso Giglio. Proíbe o uso de água tratada proveniente do sistema público para lavagens rápidas gratuitas de veículos em postos de abastecimento, utilizadas como "marketing" para atrair novos clientes.

6 - Projeto de lei nº 1363, de 2014, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Dispõe sobre a circulação de veículos de tração de carga realizada por animal e a condução de animais com cargas no Estado.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1358, de 2014, de autoria do deputado Fernando Capez. Declara de utilidade pública a "Associação Franciscana de Solidariedade", na Capital.

2 - Moção nº 97, de 2014, de autoria da Comissão de Constituição Justiça e Redação. Apela para a Sra. Presidente da República para que tome as providências e ações necessárias, por intermédio dos órgãos competentes, para combater e evitar as graves agressões contra os médicos estrangeiros vindos ao Brasil para atuarem pelo Programa Mais Médicos.

3 - Moção nº 98, de 2014, de autoria da Comissão de Constituição Justiça e Redação. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara de Deputados a fim de que empreendam esforços no sentido de que sejam realizados estudos com o intuito de modificar a legislação referente aos serviços notariais e de registro, para incluir a obrigatoriedade destes de emitir certidão às prefeituras dos municípios de suas sedes informando todas as averbações realizadas nas matrículas de imóveis.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1349, de 2014, de autoria do deputado Adilson Rossi. Declara de utilidade pública a "Fundação do ABC - FUABC", em Santo André.

2 - Projeto de lei nº 1350, de 2014, de autoria da deputada Rita Passos. Institui a "Campanha Permanente de Incentivo à Redução do Consumo de Água".

3 - Projeto de lei nº 1351, de 2014, de autoria do deputado Afonso Lobato. Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do programa Bom Prato em Caçapava.

4 - Projeto de lei nº 1352, de 2014, de autoria do deputado Afonso Lobato. Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do programa Bom Prato em Pindamonhangaba.

5 - Projeto de lei nº 1353, de 2014, de autoria do deputado Afonso Lobato. Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do programa Bom Prato em Jacareí.

6 - Projeto de lei nº 1354, de 2014, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Augusto César Carvilho dos Santos" à rotatória de acesso em

nível localizado no km 612+300 da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, em Flórida Paulista.

7 - Projeto de lei nº 1355, de 2014, de autoria do deputado Orlando Morando. Institui o "Dia da Educação Profissionalizante".

8 - Projeto de lei nº 1356, de 2014, de autoria do deputado André do Prado. Dá a denominação de "Maurity Izidro Alves de Oliveira" ao trevo localizado no km 248+050 da Rodovia Cônego Domenico Rangoni - SP 055, em Santos.

9 - Projeto de lei nº 1357, de 2014, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui a Semana Estadual de Conscientização dos Direitos dos Precatoristas.

10 - Moção nº 96, de 2014, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine à Secretaria da Aviação Civil e à ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) a imediata adoção das providências cabíveis para corrigir as graves e recorrentes falhas nos serviços disponibilizados aos passageiros que embarcam e desembarcam no Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Em pauta por 2 (duas) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 151 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 696, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Institui a Semana do Projeto "Criança Esperança" no Estado. Parecer nº 1392, de 2014, da Comissão de Justiça e Redação.

2 - Moção nº 23, de 2013, de autoria do deputado Alex Manente. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que promovam junto às Unidades da Federação e aos municípios as medidas necessárias à implantação do "Programa Nacional de Combate ao Crack", nos eixos 'Cuidado, Prevenção e Autoridade', objetivando, senão exterminar, ao menos amenizar os malefícios causados pelas drogas. Parecer nº 1393, de 2014, da Comissão de Justiça e Redação.

3 - Moção nº 101, de 2013, de autoria do deputado Roberto Engler. Apela para a Sra. Presidente da República para que empreenda esforços no sentido de determinar medidas que possibilitem a inscrição das entidades nas áreas de

saúde e de educação junto aos Conselhos Municipais de Assistência Social, de maneira a garantir benefícios de isenção também a essas organizações. Parecer nº 1394, de 2014, da Comissão de Justiça e Redação.

4 - Moção nº 121, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine aos órgãos e entidades competentes, em especial o Banco Central do Brasil (BACEN), a adoção das medidas cabíveis no sentido de que a fiscalização sobre as instituições financeiras torne-se ainda mais rigorosa e eficiente, especificamente em decorrência dos recentes casos de negativa das instituições financeiras de aceitar e efetivar as solicitações de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito, em ofensa às Resoluções do BACEN nº 3.401, de 2006, e 3.516, de 2007. Parecer nº 1395, de 2014, da Comissão de Justiça e Redação.

5 - Moção nº 36, de 2014, de autoria do deputado Chico Sardelli. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine aos órgãos competentes a elaboração de estudos e a adoção de providências urgentes a fim de que seja destinada verba necessária para o trabalho dos cientistas nos laboratórios, desburocratização da importação de produtos reagentes e intercâmbio de pesquisadores/cientistas especialistas, visando o tratamento da Esclerose Lateral Amiotrófica - ELA. Parecer nº 1396, de 2014, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1124, de 2011, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Declara de utilidade pública o "Grupo de Apoio e Recuperação da Vida - GAREVI", em Sertãozinho.

2 - Projeto de lei nº 663, de 2012, de autoria do deputado Roberto Moraes. Declara de utilidade pública o "Lar São Vicente de Paulo de Conchas", naquele Município.

3 - Projeto de lei nº 107, de 2013, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Declara de utilidade pública o "Centro Familiar de Solidariedade Nossa Senhora Rainha da Paz - CEFAS", em Sorocaba.

4 - Projeto de lei nº 354, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara de utilidade pública a Associação "Casa Betânia", em Leme.

5 - Projeto de lei nº 580, de 2013, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Declara de utilidade pública a "Associação Mirandopolense de Assistência aos Idosos - AMAI", com sede em Mirandópolis.

6 - Projeto de lei nº 1035, de 2013, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "Associação Laranjalense dos Portadores de Deficiência - ALARDE", em Laranjal Paulista.

7 - Projeto de lei nº 5, de 2014, de autoria do deputado Adilson Rossi. Declara de utilidade pública a "Visão de Evangelização Mundial - VEM Brasil", em Pirassununga.

8 - Projeto de lei nº 46, de 2014, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação Tra Noi de Presidente Prudente", naquele Município.

9 - Projeto de lei nº 109, de 2014, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Declara de utilidade pública a "Associação dos Moradores da Região do Jardim Independência - ASMOREJI", em Embu das Artes.

10 - Projeto de lei nº 174, de 2014, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Dá a denominação de "Maria Thereza Góes Gottardi" à passarela localizada no km 450+943 da Rodovia Washington Luís, SP 310, em Mirassol.

11 - Projeto de lei nº 187, de 2014, de autoria do deputado Dilador Borges. Declara de utilidade pública o "Instituto Profissionalizante Paulista", na Capital.

12 - Projeto de lei nº 385, de 2014, de autoria do deputado Beto Tricoli. Declara de utilidade pública a "Sociedade Ítalo-Brasileira", em Bragança Paulista.

13 - Projeto de lei nº 440, de 2014, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Ágape - Casa de Recuperação", em Taubaté.

14 - Projeto de lei nº 559, de 2014, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Declara de utilidade pública a "Comunidade Terapêutica para Dependentes Químicos e de Álcool - Associação Sant'Ana - COMSANT'ANA", em Cunha.

15 - Projeto de lei nº 961, de 2014, de autoria do deputado Adilson Rossi. Declara de utilidade pública a "Casa de Acolhimento e Reintegração Social Amparense - CARISMA", em Amparo.

16 - Projeto de lei nº 964, de 2014, de autoria do deputado Davi Zaia. Declara de utilidade pública o "Centro de Convivência da Melhor Idade", em Santa Rosa de Viterbo.

17 - Projeto de lei nº 1161, de 2014, de autoria do deputado Barros Munhoz. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Lírio dos Vales - ABLV", em Aguaí.

18 - Projeto de lei nº 1166, de 2014, de autoria do deputado Roberto Massafera. Declara de utilidade pública a "Associação Cáritas Paroquial de São Nicolau De Flüe", em São Carlos.

19 - Projeto de lei nº 1169, de 2014, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Declara de utilidade pública a "Associação Mirassolense de Proteção aos Animais São Francisco de Assis", em Mirassol.

20 - Projeto de lei nº 1276, de 2014, de autoria da deputada Rita Passos. Declara de utilidade pública o "Instituto Zoom", em Salto.